

# N'O OLHO DA RUA: IMPRENSA PARANAENSE E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER

**Níncia Borges Teixeira\***

**Resumo:** A pesquisa busca investigar as representações de gênero na mídia impressa. O tema abrange os espaços do gênero feminino, em que se pressupõem significativas alterações em comparação a tempos passados, focalizando a presença da mulher na imprensa. O *corpus* analisado será constituído por reportagens e charges que representem a figura feminina na revista *O Olho da Rua*, veículo editado pela imprensa paranaense. A pesquisa utiliza teorias ligadas à História Cultural. O objetivo é demonstrar que as revistas representam uma instância pedagógica ao produzir mecanismos ou dispositivos pedagógicos de subjetivação para as leitoras e, sobretudo, por expressar discursos vigentes e legitimados num contexto histórico-social.

**Palavras-chave:** Imprensa feminina. Gênero. Representação.

## ENTRE SILÊNCIOS E OPRESSÃO...<sup>1</sup>

■ O século XX foi marcado por inúmeras tensões, mas também foi um século de conquistas e de grande visibilidade, em especial para as mulheres. No Brasil, a situação das mulheres era semelhante ao que ocorria no restante do mundo. No início, apenas a elite brasileira – econômica e cultural – discutia ideias feministas; em seguida, com a inserção de imigrantes nos espaços sociais, entre as décadas de 1920 e 1940, doutrinas e ideias libertárias estiveram acessíveis à camada das trabalhadoras.

As mulheres sofreram, ao longo da história, um processo de silenciamento e exclusão. O sujeito que falava é primordialmente masculino, na literatura, na lei e na mídia. A ele são reservados os lugares de destaque. Segundo Mikhail Bakhtin (1992), o discurso não é fechado em si mesmo e nem é do domínio exclu-

\* Pós-doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) – Guarapuava – PR – Brasil. E-mail: ninciaborgesteixeira@yahoo.com.br

1 A descrição histórica sobre a figura da mulher, neste item, baseia-se em um percurso de autoria feminina na literatura, porque o universo jornalístico e o literário se interligam.

sivo do locutor: aquilo que se diz só significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos. A exclusão histórica da autoria feminina no campo institucional da imprensa foi resultado de práticas políticas no campo do saber que privilegiaram a enunciação do sujeito dominante da cultura, o sujeito declinado no masculino. A produção de autoria de mulheres sempre colocou os críticos do passado na defensiva, por várias razões, dentre elas o puro preconceito de uma sociedade atrelada a valores patriarcais, que reservava à mulher o papel mais edificante e, a propósito, visto como mais condizente com suas capacidades mentais, ou seja, o de reprodutora da espécie. Assim, a criação cultural da mulher sempre foi avaliada como deficitária em relação à norma de realização estética instituída, obviamente, do ponto de vista masculino.

A experiência feminina sempre foi vista como menos importante no espaço da cultura, assim as imagens construídas acerca do feminino impunham limitações e lhe apontavam o papel de musa ou criatura, o que a excluía automaticamente do processo de criação; especialmente no início do século XX, muitas mulheres tiveram de lutar contra incertezas, ansiedades e inseguranças quanto ao seu papel de escritoras e quanto à sua autoridade. Desafiando o processo de socialização e transgredindo os padrões culturais, tais escritoras deixaram como legado uma tradição de cultura feminina que, muito embora desenvolvida dentro da cultura dominante, força a abertura de um espaço dialógico de tensões e contrastes que desequilibra as representações simbólicas congeladas pelo ponto de vista masculino.

Em 1970, começa a se evidenciar o debate, hoje irreversível nos meios políticos e acadêmicos, em torno da questão da “alteridade”. No plano político e social, esse debate ganha terreno a partir dos movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de mulheres, de homossexuais e ecológicos, que se consolidam como novas forças políticas emergentes. No plano acadêmico, aprofundam-se os debates acerca do descentramento da noção de sujeito, introduzindo, como temas centrais do debate acadêmico, as ideias de marginalidade, alteridade e diferença. Assim, é notória a transformação pela qual a crítica feminista passou, juntamente com outras abordagens de crítica literária. Surge daí uma posição mais crítica das pessoas em relação à literatura, mas resulta, principalmente, num maior engajamento político das mulheres. A partir de 1970, a mulher torna-se centro de estudo na crítica literária, e despontam estudos da mulher nas ciências sociais, abordando-a nos seus aspectos histórico, psicológico, social, dentre outros.

Constância Lima Duarte (2003), em seu estudo “Feminismo e literatura no Brasil”, discorre sobre a trajetória do movimento feminista no Brasil com a intenção de identificar momentos representativos desse diálogo, a inserção do pensamento feminista na prática literária de nossas escritoras, a interiorização da perspectiva feminista e a historicização do conceito. A pesquisadora considera que essa história teve início nas primeiras décadas do século XIX, o momento em que as mulheres despertam do “sono letárgico em que jaziam”, segundo Mariana Coelho (2002).

Duarte (2003) sugere que a história do feminismo brasileiro é marcada pela existência de pelo menos quatro momentos que, por serem de fluxo e refluxo, conservam uma movimentação natural em seu interior e costumam, por isso, ser comparados a ondas.

A Primeira Onda é a fase que corresponde às primeiras letras. O nome que se destaca nesse momento é o de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885),

nascida no Rio Grande do Norte, que residiu em Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro, antes de se mudar para a Europa, e que teria sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada “grande” imprensa.

A Segunda Onda surge por volta de 1870, e se caracteriza principalmente pelo espantoso número de jornais e revistas de feição nitidamente feminista, editados no Rio de Janeiro e em outros pontos do país. Talvez fosse o caso de considerá-la, por isso, menos literária e mais jornalística. Destacam-se: Francisca Senhorinha da Mota Diniz, diretora do jornal *O Sexo Feminino*; Amélia Carolina da Silva Couto, editora do *Echo das Damas*. Dentre tantas jornalistas, Constância Duarte ressalta, ainda, Josefina Álvares de Azevedo, que com mais ênfase vai questionar a construção ideológica do gênero feminino e exigir mudanças radicais na sociedade.

A Terceira Onda inicia-se no século XX, com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias. Muitos nomes se destacam, entre eles o de Bertha Lutz (1894-1976), formada em Biologia pela Sorbonne, que vai se tornar uma das mais expressivas lideranças na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil. Outra inesquecível foi Ercília Nogueira Cobra (1891-1938), que no importante ano da Semana de Arte Moderna lançava seu primeiro livro, *Virgindade inútil – novela de uma revoltada* (1922), dando início a uma obra polêmica que pretendia discutir a exploração sexual e trabalhista da mulher, e provocou intenso debate e muita crítica entre os contemporâneos.

A Quarta Onda chega juntamente com os anos 1970: o momento da onda mais exuberante, a que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e tornar as reivindicações mais ousadas em algo normal. Encontros e congressos de mulheres se sucedem, cada qual com sua especificidade de reflexão, assim como dezenas de organizações, muitas nem tão feministas, mas todas reivindicando maior visibilidade, conscientização política e melhoria nas condições de trabalho.

Na formação da sociedade paranaense, podem-se visualizar traços culturais variados e distintos que se mesclaram e deixaram marcas no comportamento provinciano e conservador de seu povo, especialmente quando se refere à conduta feminina. O comportamento da mulher paranaense, conforme o lugar que ocupa dentro dessa sociedade, é permeado de regras e traços de uma sociedade agrária, que exige um comportamento recatado e doméstico próprio dos costumes da vida nas fazendas, regras que estão enraizadas não só na classe dominante, mas que também orientam o comportamento das famílias de classe alta e média, as quais exigem que a mulher tenha uma “boa formação”: frequente escolas religiosas e faça um casamento com bons partidos. Mas, na realidade, sob o manto da permissividade ou do respeito a todas as expressões individuais e coletivas, está um Paraná austero, conservador em suas práticas políticas e sociais, um estado vigilante de seu código patriarcal. Talvez, por toda essa atmosfera, recrudescam e se perpetuem as regras patriarcais que regiam o comportamento da mulher no século passado.

Apesar das conquistas e de significarem mais de 44% do mercado de trabalho no Paraná, as mulheres continuam enfrentando obstáculos para a ascensão profissional. O rendimento das mulheres é 42% inferior ao dos homens. As tra-

balhadoras ainda recebem menos porque se inserem profissionalmente em ocupações de menor remuneração, produtividade e prestígio social. Os segmentos que mais absorvem força de trabalho feminina são os mais desvalorizados no mercado de trabalho e os que tendem a propiciar remunerações mínimas, como o setor de saúde, educação e serviços pessoais, principalmente o emprego doméstico. A entrada de qualquer bandeira feminista foi sempre dificultada por essa mentalidade hegemônica, misto de ideologia agrário-burguesa com a regência da Igreja.

A exclusão histórica da autoria feminina no campo institucional da imprensa, em especial no Paraná, foi resultado de práticas culturais que privilegiaram a enunciação do sujeito dominante da cultura, o sujeito masculino. O feminismo no Paraná tem como principal figura a escritora Mariana Coelho, que na obra *Paraná mental* traçou a história literária de seu estado de adoção. Mariana foi uma defensora aguerrida do feminismo e, segundo Zahidé Muzart (1999), expôs entusiasticamente seu ponto de vista em várias obras, entre as quais se encaixa perfeitamente o livro *A evolução do feminismo*. Nele, a autora se propôs a fazer, e fez, uma coletânea de informações sobre fatos, dados científicos e pessoas que, de alguma forma, seja com suas ações, produções literárias, projetos de lei e atitudes, puderam subsidiar a defesa da tese feminista, da igualdade intelectual e de direitos entre homens e mulheres. *A evolução do feminismo*, embora com o mérito de compilar uma quantidade respeitável de informações sobre o tema, não é um clássico. Mariana, obviamente, é um produto de seu tempo, e como tal deve ser lida. Trata-se, portanto, de obra, pelo menos em certos aspectos, datada, e a autora, em sua ânsia por subsídios científicos que contribuissem para a implantação das ideias feministas, recorreu a teorias diversas, algumas próprias de seu tempo, mas, atualmente, descartadas, e outras, como a eugenia, por exemplo, que se mantém perigosamente circulante.

Nesse inventário, ela registrou a presença e as ações das mulheres nas mais variadas épocas, locais e circunstâncias. Em sua intenção de contribuir para a emancipação feminina, Mariana descreve, em tom apaixonado, feitos gloriosos, corajosos, íntegros ou generosos perpetrados por mulheres, demonstrando assim a frequente “superioridade” feminina em várias instâncias. Ela investigou a presença das mulheres na religião, na guerra, na política, na administração, nas ciências, nas artes, nas letras, na imprensa e no amor, em diferentes épocas e regiões do globo.

Em Curitiba, no início do século XX, as mulheres letradas estavam envolvidas em uma luta para que suas conterrâneas investissem tempo em cultura, artes e filantropia, interferindo e construindo a sociedade em conjunto com os homens. Mas, nessa época – início da primeira metade do século XX –, acreditava-se que, embora tendo acesso à educação, esta deveria ser diferente daquela recebida pelos homens. As curitubanas reivindicavam espaço público e usavam os instrumentos que tinham à mão para conseguir seus objetivos: administrar os bens da família; criar arte, literatura e música; exercer atividades como operárias, comerciárias e artesãs. Com a fundação da Universidade Federal do Paraná (1912) e depois seu reconhecimento (1946), algumas mulheres, até então impedidas pelas regras educacionais daquele período, passaram a adquirir saberes universitários e ingressaram na vida profissional como prestadoras de serviço. E em todos esses momentos a imprensa cedeu espaço para a divulgação tanto de representações sociais que mantinham os velhos valores como desses ideais inovadores.

## O OLHO DA RUA: SOCIABILIDADES E REPRESENTAÇÃO

Norbert Elias (1993), ao estudar a construção de identidades – dos indivíduos e das sociedades – e das representações acerca de tais construções, assevera que essas acabam propiciando modos de ação e visões de mundo. Os textos expressos na imprensa paranaense, no começo do século XX, estabelecem suas escritas sobre questões da memória, sobre vivências individuais, as quais, quando relatadas, possibilitam a (re)construção de experiências da sociedade, e, por extensão, um mapa da representação da mulher desse período.

A expressão verbal sobre essas vivências, a partir de valores sociais e culturais de cada povo, constrói uma identidade de gênero. O significado de como ser ou agir como homens ou mulheres é dado socialmente e varia conforme as representações presentes no imaginário de cada época. Desse modo, surgem formas que remetem a uma espécie de pedagogia de gênero. De acordo com Lea Archanjo (1997, p. 45):

*Representar implica uma figura e no que ela significa, ou seja, numa forma e em seu sentido. O sentido é que dá caráter simbólico à representação [...] nas representações sociais de gênero, existe a forma (figura) homem/mulher e o sentido (significação) do que é ser homem ou ser mulher. O que significa ser homem e ser mulher varia histórica e culturalmente.*

As revistas sempre ocuparam um importante papel na vida de suas leitoras. Muitas vezes fazem o papel de amigas conselheiras e confidentes. Nas páginas de muitas revistas, é possível perceber representações de feminino e masculino que retratam uma época, os modos de comportamento considerados válidos e legítimos para a parcela alfabetizada e de classe média da sociedade brasileira daquele momento, impressos nas páginas de uma revista. Por meio da associação entre imaginário e social, as sociedades traçam identidades e estrutura, representações através de símbolos, imagens, ideologias, mitos e rituais. Na construção desse imaginário, são oferecidas e modeladas as condutas esperadas, bem como os estereótipos, já que nessas relações existem articulações de poder, sendo o domínio do imaginário um importante lugar estratégico. As seções femininas nas revistas paranaenses, em geral, muito contribuíram para instituírem ideais de beleza e conduta, oferecendo modelos de comportamento, tanto masculinos quanto femininos. Para Roger Chartier (1990, p. 20), o conceito de representação deve ser entendido como um “[...] instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”.

O primeiro exemplar de *O Olho da Rua* foi lançado no dia 13 de abril de 1907, com a capa feita por Herônio. O conceito da revista se liga à ocupação de dois espaços que se conjugam, o público e o privado, criando um movimento dinâmico entre o que está dentro e o que está fora, questionando as fronteiras entre a casa e a rua, misturando os limites gráficos da ação. O espaço público e espaço privado são construídos no avesso dos domínios masculino/feminino.

O sentido de estar no “olho da rua” marca-se pela ambiguidade, pois a rua tanto pode ser o local da marginalidade, da insegurança, do desconhecido, do desemprego e da pobreza como um local estratégico, onde tudo se ouve e pode ser observado, o centro das novidades, das notícias, das mudanças, o contato mais próximo com a modernização do início do século. Estar na rua é estar em exposição, exercendo o jogo de ver e ser visto. A revista seria, então, uma outra porta que se abre para a rua, para o mundo. Para Roberto da Matta (1981, p. 70):

*De fato a categoria rua indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, ao passo que a casa remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares. Por outro lado, a rua implica movimento, novidade, ação, ao passo que a casa subentende harmonia e calma.*

De acordo com Queluz (1996), *Olho da Rua* insere-se no contexto das revistas da primeira década da República, quando os intelectuais da região puderam misturar, experimentar diversas linguagens, todas híbridas, resgatando tradições orais, sotaques, erros, entonações, tradições parnasianas, simbolistas, retomando a fala dos caipiras, imigrantes (alemães, franceses, portugueses, italianos), reunindo fragmentos variados, um caldeirão de culturas, um amálgama entre o coloquial e a norma culta, numa verdadeira colcha de retalhos.

No começo do século XX, as reformas urbanas, os deslocamentos para a cidade, para o trabalho, e as concentrações urbanas transformaram os modos de sociabilidades. O fascínio pela vida pública no exercício de diferentes atividades, a autonomia e independência na aquisição do próprio sustento acenavam à mulher como possibilidades de libertação do espaço doméstico. Entretanto, essas conquistas traziam em si o perigo de comprometer a ordem social, uma vez que os cuidados da casa e dos filhos passavam a competir com o desempenho profissional. Essa conquista foi acompanhada de uma multiplicidade de confrontos entre a busca da realização pessoal e as funções humanitárias, entendidas como essencialmente femininas.



**Figura 1** – No restaurante do Guayra

Fonte: *O Olho da Rua*, 4 de abril de 1908.



A charge veiculada na revista *O Olho da Rua* (Figura 1) registra a mudança de hábitos da população, os espaços de circulação, a preocupação com a moda para frequentar os lugares elitizados da sociedade. Para D'Ávila Neto (1994/1995), a situação das mulheres que viviam no interior do Brasil também começou a sofrer mudanças com a sua vinda para o meio urbano, implicando a sua modernização intelectual e social. O que, antes, era uma prisão na casa grande, ou seja, com pouca visibilidade de dentro da casa para a rua, passou, através dos sobrados e da janela, a oferecer maior acesso das mulheres à cidade. Assim, a mulher conquistou maior socialização com os outros que não os de sua família, além do acesso à educação. Com o processo de urbanização, ela passou a ingressar na sociedade, mas apenas a fim de ser mais agradável nos eventos sociais. Denota-se que o início do século XX já aponta para novas ideologias, o destino feminino não está irremediavelmente ligado ao universo doméstico e às funções de mãe e esposa. Ela podia aspirar ao exercício de um papel no âmbito público. Observa-se que a mulher retratada, na charge, é de classe social mais elevada e aos poucos vai adentrando o espaço público como uma acompanhante do marido no convívio social; ocorre, pois, a manutenção da hierarquia social vigente, na construção do seu próprio agir social, ou seja, sua presença é aceitável desde que chancelada pela companhia masculina. A mulher estava sempre acompanhada, pois a desacompanhada seria considerada desfrutável. Como pode ser notado na ilustração da Figura 2.

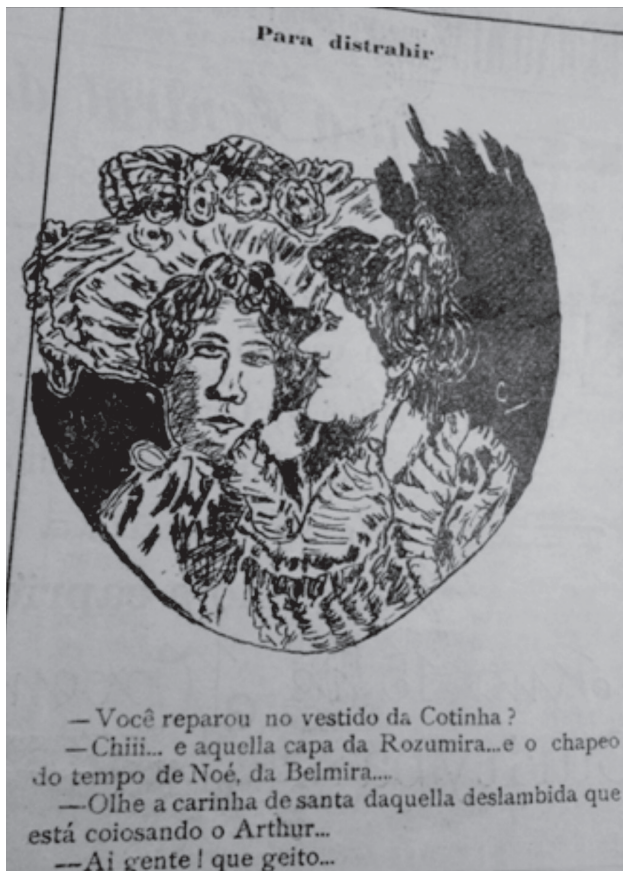


**Figura 2** – Na rua

Fonte: *O Olho da Rua*, 28 de março de 1908.

O texto da charge “Elle – vem cá Anjo... Ella – O senhor está enganado eu não sou lyrica”. A mulher se refere às mulheres que encenavam as operetas, *vaudevilles* e óperas bufas encenadas em teatro de revista, apresentados em francês e português; os espetáculos agradavam a um público cada vez mais ávido por diversão, formado principalmente por homens sós ou ladeados por suas acompanhantes de luxo, *cocottes*. Nesse sentido, observa-se que mesmo com o avanço no que concerne ao espaço destinado às mulheres, o preconceito é visível, pois a mulher só era respeitada se estivesse em companhia masculina oficial, como o marido; do contrário, poderia estar com um homem e ser *cocotte*, como a charge indica.

As representações sociais são como estruturas de conhecimento e símbolos reconhecidos entre as pessoas e os grupos sociais, e como um processo social que implica comunicação e discurso onde os significados e objetos sociais são construídos. Essas representações se institucionalizam em palavras, sentimentos e condutas, e devem, portanto, ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. É importante entender as representações sociais a partir do contexto que as engendram e a partir de sua funcionalidade nas interações sociais.



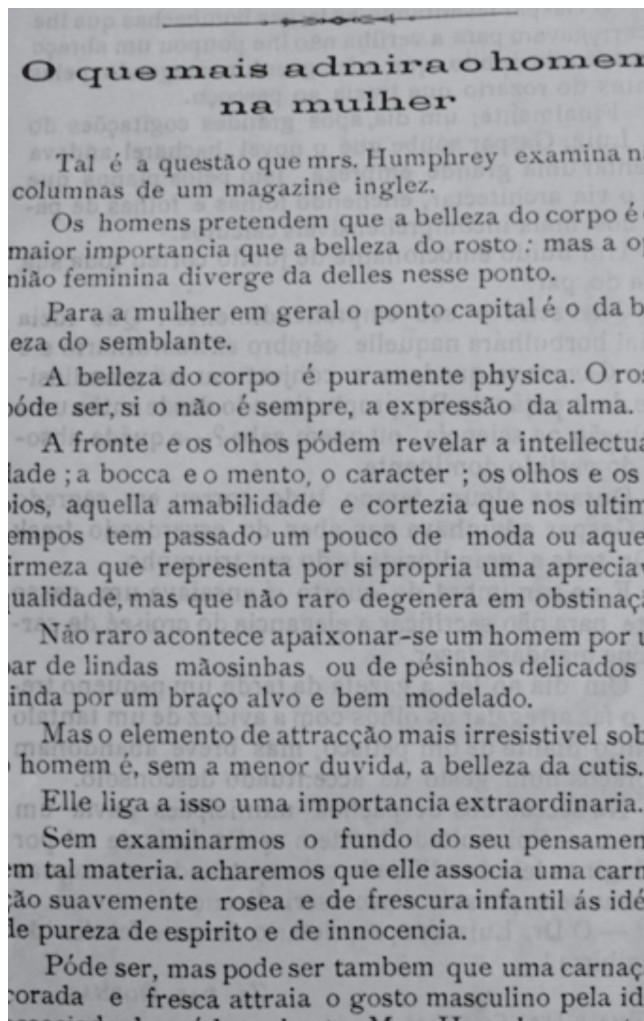
**Figura 3** – Para distrahir

Fonte: *O Olho da Rua*, 4 de abril de 1908.



No caso da charge veiculada em abril de 1908, remonta-se a fofoca como inerente à figura feminina. Essa representação simboliza atos que se convertem em comuns, e cujo papel é dar forma ao que provém do exterior, remodelando e reconstruindo seus elementos. São, dessa forma, uma modalidade particular de conhecimento, cuja função é a elaboração dos comportamentos e a comunicação entre as pessoas (MOSCOVICI, 1981).

Esses modelos de comportamento circulam, cruzam-se e cristalizam-se sem cessar em nosso universo cotidiano, trazendo consigo a identidade, a cultura e a história de um grupo de pessoas, forma na qual as pessoas apreendem os acontecimentos do meio ambiente, as informações, o conhecimento do “senso comum” (MOSCOVICI, 1981). A mídia é fundamental na construção desse universo, pois remete ao âmbito das relações de pertencimento social, determinante na criação das representações.



**Figura 4** – O que mais admira o homem na mulher

Fonte: *O Olho da Rua*, 21 de março de 1908.

O texto “O que mais admira o homem na mulher” foi veiculado na coluna “Álbum das moças”, “seção feminina” da revista *O Olho da Rua*. Nesse espaço, algumas mulheres escreviam poemas, cuja temática sempre era amorosa. No centro da página, no entanto, o espaço era destinado ao jornalista Rodrigo Junior, que servia como voz de autoridade da coluna. Seus escritos funcionavam como um verdadeiro manual de conduta. De acordo com Garcia-Mina (2003), os modelos de masculinidade e feminilidade são moldes vazios que cada sociedade preenche com uma série de normas e atitudes, crenças, estereótipos e comportamentos previamente escolhidos nesse amplo leque de possibilidades que contém o contexto social. É nesse sentido que se pode compreender gênero como uma construção social que, a partir da diferença sexual, tece as matrizes das relações entre homens e mulheres, elaborando estereótipos que são construídos ao longo do processo de significação através das práticas sociais, nas quais o determinismo biológico surge como explicação inadequada da desigualdade entre os sujeitos (SCOTT, 1995).

O texto de Rodrigo Junior define como a mulher deve ser, por meio de normativa que aponta os direitos e deveres, proibições e privilégios que cada pessoa tem por pertencer ao sexo feminino. Estereótipos podem ser entendidos como pré-concepções resultantes de hábitos de julgamento e expectativas, elaborando padrões que produzem e reproduzem imagens e comportamentos. O estereótipo pode ajudar a justificar inferioridades, atuando na formação de identidades que são definidas segundo discursos ideológicos disseminados em determinada sociedade, que se diferenciam de acordo com o contexto histórico e social. No processo de formação de identidades, o indivíduo acaba por incorporar perspectivas ideológicas como se fossem suas, não só identificando-se com essas perspectivas, mas considerando certas normas e regras como “naturais”.

A construção da identidade da mulher na revista *O Olho da Rua* é baseada na superioridade masculina, isso implica uma série de comportamentos e atitudes estereotipadas que conduzem à subordinação de um sexo a outro. Os estereótipos relacionados a sexo favorecem o masculino, já que atribuem ao feminino qualidades que posicionam a mulher numa escala inferior.

## NO FIM DA RUA...

A investigação da história da imprensa no Paraná, a partir das contribuições da análise da revista *O Olho da Rua*, demonstra como as mulheres são construídas pela mídia e também o modo como se constroem por meio dela. A revista é portadora de discursos que articulam diferentes representações de feminilidade. São textos que configuram visões do que é ser mulher: como se comportar, como se vestir, como agir em relação aos homens – na maioria das vezes seu companheiro – cuidar de seus filhos, preocupando-se sempre com uma educação adequada e ainda cuidar de si mesma.

A representação social, por meio das páginas de *O Olho da Rua*, propõe quais as necessidades, os projetos, os desejos da mulher no início do século XX, ou seja, o que é preciso almejar em nome de uma suposta “felicidade”. Essa oferta de sentido está condicionada à sua ressonância no imaginário da sociedade.

Os estudos acerca da imprensa feminina têm como objetivo central provocar algumas reflexões sobre a representação da mulher, buscando o levantamento de conceitos e estereótipos que visam enraizar padrões estéticos e comporta-

mentais idealizados do feminino. Esses estudos atuam como um marco significativo da história contemporânea e documentam tanto a evolução da imprensa na modernidade quanto a da história social da mulher.

#### **INSIDE THE STREET EYES: PARANAENSE'S PRESS AND SOCIAL WOMEN'S REPRESENTATION**

**Abstract:** *This research investigates the gender representations in print. The theme covers the female spaces in which presuppose significant changes compared to past times, focusing on the presence of women in the media. The analyzed corpus will consist of stories and advertisements representing the female figure in O Olho da Rua vehicle of Paraná edited by the press. In this approach to hand launch of theories linked to the Cultural History. The goal is to demonstrate that magazines represent an instance to produce pedagogical devices or mechanisms of subjectivity to the readers and especially speeches by expressing force and legitimized a socio-historical context.*

**Keywords:** *Female press. Gender. Representation.*

#### **REFERÊNCIAS**

- ARCHANJO, L. R. Ser mulher na década de 50: representações sociais veiculadas em jornais. In: TRINDADE, E. M. de C.; MARTINS, A. P. V. (Org.). *Mulheres na história: Paraná – século 19 e 20*. Curitiba: UFPR, DEHIS, 1997.
- BAKHTIN, M. Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHARTIER, R. *A história cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- COELHO, M. *A evolução do feminismo, subsídios para a sua história*. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- D'ÁVILA NETO, M. I. As representações do corpo feminino na sociedade brasileira contemporânea. *Psicologia e Práticas Sociais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-98, 1994/1995.
- DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1981.
- DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.
- GARCÍA-MINA, A. *Desarrollo del género en la feminidad y La masculinidad*. Madrid: Narcea, 2003.
- MOSCOVICI, S. *Psicología de las minorías activas*. Madrid: Morata, 1981.
- MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- O OLHO DA RUA. Curitiba, mar./abr. 1908.

QUELUZ, M. L. P. *Olho da Rua: o humor visual em Curitiba (1907-1911)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Recebido em dezembro de 2012.

Aprovado em janeiro de 2013.